

Alerta Legislação nº 15, de 06 a 11 abr. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.384, DE 9 DE ABRIL DE 2026

Altera as Leis nºs [11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), e [8.072, de 25 de julho de 1990](#) (Lei dos Crimes Hediondos), e o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar e criar qualificadora do crime de homicídio e incluí-la no rol dos crimes hediondos.

LEI Nº 15.383, DE 9 DE ABRIL DE 2026

Altera as [Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), [13.756, de 12 de dezembro de 2018](#), e [14.899, de 17 de junho de 2024](#), para estabelecer a monitoração eletrônica de agressores como medida protetiva autônoma e os critérios de prioridade para a monitoração eletrônica de agressores, prever causa de aumento de pena no crime de descumprimento de medida protetiva e dispor sobre campanhas e diretrizes orçamentárias.

LEI Nº 15.380, DE 6 DE ABRIL DE 2026

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia.

LEI Nº 15.378, DE 6 DE ABRIL DE 2026

Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

10/04/2026

LEI Nº 15.384, DE 9 DE ABRIL DE 2026

Altera as Leis nºs [11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), e [8.072, de 25 de julho de 1990](#) (Lei dos Crimes Hediondos), e o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar e criar qualificadora do crime de homicídio e incluí-la no rol dos crimes hediondos.

	<p><u>LEI Nº 15.383, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u> Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.899, de 17 de junho de 2024, para estabelecer a monitoração eletrônica de agressores como medida protetiva autônoma e os critérios de prioridade para a monitoração eletrônica de agressores, prever causa de aumento de pena no crime de descumprimento de medida protetiva e dispor sobre campanhas e diretrizes orçamentárias.</p> <p><u>LEI Nº 15.382, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres e Meninas Indígenas.</p>
09/04/2026	<p><u>LEI Nº 15.381, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.</p>
08/04/2026 (Ed. extra)	<p><u>DECRETO Nº 12.924, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u> Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de querosene de aviação.</p>
07/04/2026 (Ed. extra)	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.349, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis e altera a Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.923, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Altera o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, para reduzir as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de biodiesel.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.922, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Altera o Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, para inibir a expansão do tabagismo no País, e o Decreto nº 12.226, de 18 de outubro de 2024, para dispor sobre critérios para qualificação de país ou dependência com tributação favorecida ou de regime fiscal privilegiado.</p>
07/04/2026	<p><u>LEI Nº 15.380, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia.</p>

	<p><u>LEI Nº 15.378, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.921, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 14.725, de 16 de novembro de 2023, que regula a profissão de sanitarista.</p>
<p>06/04/2026 (Ed. extra)</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.348, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, para dispor sobre as receitas e a destinação de recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL e sobre o auxílio-saúde dos servidores das polícias federais, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para ajustar a destinação do produto da arrecadação das apostas de quota fixa.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.920, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Altera o Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999, que dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.</p>
<p>06/04/2026</p>	<p><u>LEI Nº 15.377, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.</p> <p><u>LEI Nº 15.376, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Encantos do Natal, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.</p> <p><u>LEI Nº 15.375, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Reconhece como manifestação da cultura nacional o Festival de Inverno de Garanhuns, realizado no Município de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.336, de 6 de fevereiro de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no dia 6, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 6 de abril de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>

	<p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.321, de 20 de outubro de 2025, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 2.500.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 30 de março de 2026.</p> <p>Brasília, 6 de abril de 2026</p> <p>Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Ministério da Agricultura e Pecuária</p>	<p><u>SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA PORTARIA SAF/MDA Nº 358, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u></p> <p>Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.</p> <p><u>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.578, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u></p> <p>Regulamenta a certificação fitossanitária de origem, disciplina o trânsito de artigos regulamentados em território nacional e estabelece as opções de manejo de risco de pragas para a certificação de exportação de produtos vegetais e demais artigos regulamentados.</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</p>	<p><u>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ RESOLUÇÃO CNPQ Nº 27, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u></p> <p>Altera a Resolução Normativa nº 28, de 18 de dezembro de 2015, que estabelece as normas gerais e específicas para as modalidades de bolsas individuais no País.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p><u>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA GM-MD Nº 1.871, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u></p> <p>Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor procedimentos para a modernização do "Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização - SERMILMOB".</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p><u>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MS Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u></p> <p>Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e o exercício das funções de regulação, supervisão e</p>

	<p>avaliação dos Programas de Residência em Área Profissional de Saúde e das instituições que os ofertem.</p> <p><u>PORTARIA MEC Nº 300, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre a Prova Nacional Docente - PND.</p> <p>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA CAPES Nº 150, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Indígena - PDAI, destinado à indução de ações para inclusão, permanência e qualificação de estudantes e pesquisadores indígenas na pós-graduação stricto sensu brasileira, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 135, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u> Dispõe sobre os convênios a serem celebrados pelo Inep com os Operadores de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal para o apoio nas operações logísticas de sigilo e segurança dos exames e das avaliações educacionais, bem como estipula os valores máximos para as parcerias pretendidas.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 9, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL <u>PORTARIA STN/MF Nº 945, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o 31º Prêmio Tesouro Nacional de Finanças Públicas 2026</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.322, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.283, de 9 de outubro de 2025, que dispõe sobre o parcelamento de débitos de contribuições previdenciárias dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e dos consórcios públicos intermunicipais.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.320, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre o acesso a serviços por meio digital no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.319, DE 30 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024, que dispõe sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no processo de adaptação da legislação brasileira às regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária, e a Instrução Normativa RFB nº 2.237, de 4 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - <i>DCTFWeb</i>.</p>

<p>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MGI Nº 2.778, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Fixa valor mensal per capita para a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores públicos do Poder Executivo federal, dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, na condição de ativos ou inativos, seus dependentes e os pensionistas.</p> <p>SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL <u>PORTARIA SGD/MGI Nº 2.907, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece os cronogramas para utilização dos cadastros biométricos constantes das bases biométricas da Carteira Nacional de Habilitação, da base de identificação civil da Polícia Federal ou da Identificação Civil Nacional sob a responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral e de disponibilização do serviço de verificação biométrica.</p>
<p>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</p>	<p>CÂMARA DE POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL <u>RESOLUÇÃO COMITÊ-EXECUTIVO/MIDR Nº 7, DE 27 DE MARÇO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho Interministerial para subsidiar a implementação do Programa Cidades Intermediadoras para o Desenvolvimento Regional e promover canal de diálogo mais efetivo com as municipalidades, no âmbito do Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.202, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Institui o Protocolo Nacional de Investigação de crimes contra jornalistas e comunicadores no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública - Susp.</p> <p><u>PORTARIA MJSP Nº 1.196, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Regulamenta os procedimentos para o envio e o recebimento de pedidos de cooperação jurídica internacional por juízo brasileiro de zona fronteira, diretamente ao juízo estrangeiro da mesma zona fronteira, com fundamento na Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias, promulgada pelo Decreto nº 1.899, de 9 de maio de 1996, na Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, promulgada pelo Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998, e no Protocolo de Medidas Cautelares do Mercosul, promulgado pelo Decreto nº 2.626, de 15 de junho de 1998.</p> <p><u>PORTARIA MJSP Nº 1.195, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Regulamenta os procedimentos para o envio de pedido de cooperação jurídica internacional por autoridade brasileira competente (autoridade requerente brasileira), diretamente à Autoridade Central do Estado requerido, com fundamento na Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, promulgada pelo Decreto nº 9.734, de 20 de março de 2019, e na Convenção sobre a Obtenção de Provas no</p>

	<p>Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, promulgada pelo Decreto nº 9.039, de 27 de abril de 2017.</p> <p><u>PORTARIA MJSP Nº 1.164, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Aprova o Regimento Interno do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Conatrap.</p> <p>POLÍCIA FEDERAL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 330, DE 9 DE MARÇO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa DG/PF nº 311, de 27 de junho de 2025, que disciplina as atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.</p>
<p>Ministério da Previdência Social</p>	<p>SECRETARIA DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – Departamento de Perícia Médica Federal <u>PORTARIA CONJUNTA DPMF/INSS Nº 19, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u> (*) Regulamenta o uso da funcionalidade de atendimento remoto do SAT Central para a prestação de atendimento de exames médico-periciais utilizando-se a tecnologia de telemedicina, no âmbito da Perícia Médica Federal. (*) <i>N. da Codou: Republicada por ter saído, no DOU de 9-4-2026, Seção 1, págs. 102 e 103, com incorreção.</i></p> <p><u>PORTARIA CONJUNTA DPMF/INSS Nº 18, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u> Regulamenta o uso da funcionalidade de atendimento remoto do SAT Central para a prestação de atendimento de exames médico-periciais utilizando-se a tecnologia de telemedicina, no âmbito da Perícia Médica Federal.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 10.724, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde, do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 10.715, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Guia Nacional de Manejo das Condições Pós-covid.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 669, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Mesilato de osimertinibe, para o tratamento em primeira linha de pacientes com câncer de pulmão não pequenas células (CPNPC) localmente avançado ou metastático, cujo tumor apresenta mutações de deleções no éxon 19 ou de substituição no éxon 21 (L858R) do EGFR, em combinação com pemetrexede e quimioterapia à base de</p>

platina, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da [Lei nº 9.656/1998](#).

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 668, DE 6 DE ABRIL DE 2026

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do teste diagnóstico Cromossomo Philadelphia quantitativo, de acordo com o art. 38 da Resolução Normativa 555/2022 e em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do art. 10, da [Lei nº 9.656/1998](#).

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 667, DE 6 DE ABRIL DE 2026

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento Lebriquizumabe, para o tratamento de pacientes adultos com dermatite atópica grave com indicação de tratamento sistêmico e que apresentem falha, intolerância ou contraindicação à ciclosporina, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da [Lei nº 9.656/1998](#).

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
RESOLUÇÃO-RE Nº 1.415, DE 9 DE ABRIL DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

→ **Diretoria Colegiada (DC)**

INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 435, DE 2 DE ABRIL DE 2026

Estabelece as definições, as listas de substâncias autorizadas e os métodos analíticos aplicáveis à elaboração de silicones utilizados em materiais, embalagens, revestimentos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 433, DE 1º DE ABRIL DE 2026

Aprova as listas de radiofármacos para uso terapêutico e diagnóstico passíveis de apresentarem dados de literatura para comprovação da segurança e eficácia, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 738, de 28 de julho de 2022.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.020, DE 2 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre os requisitos sanitários aplicáveis aos silicones utilizados em materiais, embalagens, revestimentos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos.

→ **4ª Diretoria**

→ → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.380, DE 7 DE ABRIL DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

(...)

Ministério das Cidades	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MCID Nº 3, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa MCID nº 45, de 26 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação, para o exercício de 2026.</p>
Ministério das Comunicações	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCOM Nº 22.451, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Aprova reajuste das tarifas dos serviços postais nacionais e internacionais e telegráficos nacionais, na forma que especifica.</p> <p><u>PORTARIA MCOM Nº 22.129, DE 23 DE MARÇO DE 2026</u> Aprova o Calendário de flexibilização ou dispensa do horário de retransmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República, denominado A Voz do Brasil, referente ao ano de 2026.</p>
Ministério do Esporte	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 33, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u> Divulga a relação de times da TIMEMANIA para o biênio 2026-2028.</p> <p><u>PORTARIA MESP Nº 32, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Divulga a relação de times da TIMEMANIA para o biênio 2026-2028.</p> <p><u>PORTARIA MESP Nº 27, DE 1º DE ABRIL DE 2026</u> Regulamenta as modalidades esportivas e entidades de prática esportiva que podem ser objeto de apostas de quota fixa nos eventos reais de temática esportiva de que trata o inciso I do art. 3º da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e o art. 5º da Portaria Interministerial MF/MESP/AGU nº 28, de 22 de maio de 2024, e revoga as Portarias MESP nº 125, de 30 de dezembro de 2024, e nº 36, de 17 de abril de 2025.</p>
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	<p>CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 513, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Reestrutura o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 512, DE 7 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre as orientações técnicas e científicas a serem adotadas para o resgate de colônias de abelhas-nativas-sem-ferrão em áreas autorizadas para supressão da vegetação nativa.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 10, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u> (*) Estabelece regras para o combate à bioinvasão, em todo o litoral brasileiro de peixes marinhos exóticos invasores nocivos, fomentando o seu controle e erradicação populacional.</p>

	(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União nº 62, de 1/4/2026, Seção 1, Páginas 131 e 132, com incorreção no original
Ministério do Planejamento e Orçamento	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 103, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal; de Encargos Financeiros da União; Encargos Previdenciários da União; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 846.913.408,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 100, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 265.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA <u>RESOLUÇÃO Nº 423, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u> Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos com agregados plaquetários autólogos e suas frações no âmbito da Biomedicina, estabelece os requisitos para a habilitação, capacitação e responsabilidade técnica, e dá outras providências.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) <u>RESOLUÇÃO COFEN Nº 806, DE 31 DE MARÇO DE 2026</u> Estabelece diretrizes para a atuação do Enfermeiro Perfusionista no âmbito das instituições de saúde, definindo competências, atribuições e responsabilidades.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA <u>RESOLUÇÃO CFQ Nº 347, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a regulamentação do registro de profissional com formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional na área da Química.</p>
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
11/04/2026	
10/04/2026	

09/04/2026	
08/04/2026	
07/04/2026	
06/04/2026	
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO NORMATIVA CPRTI Nº 001/2026</u> Dispõe sobre os Concursos Públicos para Ingresso na Carreira de Pesquisador Científico do Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 10, DE 02 DE ABRIL DE 2026</u> Institui, no âmbito da Controladoria Geral do Estado, o projeto Estratégico "Conexão CGE", com o objetivo de estruturar o processo institucional de fortalecimento, integração e desenvolvimento dos servidores.
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO (CEI) <u>DELIBERAÇÃO Nº 002, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Aprova a utilização dos Recursos oriundos do Fundo Estadual do Idoso de São Paulo para o exercício de 2026.
Secretaria de Esportes (SESP)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SESP Nº 07 DE 02 DE ABRIL DE 2026L</u> Estabelece normas e procedimentos para a gestão e fiscalização de contratos, convênios e instrumentos congêneres no âmbito da Secretaria de Esportes, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 68.220/2023 , no âmbito da Secretaria de Esportes.
Secretaria de Governo e Relações	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 04/2026, DE 8 DE ABRIL DE 2026</u> Autoriza o repasse de recursos financeiros de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais à lei

<p>Institucionais (SGRI)</p>	<p>orçamentária anual na modalidade de transferência especial, nos termos do art. 175- A da Constituição do Estado de São Paulo</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 17, DE 9 DE ABRIL DE 2026</u> Altera a Resolução PGE nº 21, de 22 de maio de 2024(*). (*) <i>Atribui à Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral a competência que específica e dá providências correlatas.</i> (...) Artigo 1º - <i>Fica atribuída à Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral a competência para elaboração de parecer jurídico nos processos administrativos de contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, e nos procedimentos licitatórios cujo valor estimado da contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), de responsabilidade da Coordenadoria de Administração da Procuradoria Geral do Estado.</i> (...)</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 64, DE 6 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO Nº 8969, DE 2 DE ABRIL DE 2026</u> Institui Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas (GACE).</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>09/04/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 310/2026, DE 09/04/2026</u> Dispõe sobre a criação do programa "Disque Antitráfico SP", instrumento de recebimento e encaminhamento de denúncias sobre pontos de tráfico de drogas, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 309/2026, DE 09/04/2026</u> Autoriza a doação de partes do corpo humano provenientes de procedimentos cirúrgicos e de cadáveres para o treinamento de cães farejadores em missões de busca e salvamento pelos órgãos de segurança pública do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 308/2026, DE 09/04/2026</u> Dispõe sobre o reconhecimento, as prerrogativas e a atuação dos Despachantes Aduaneiros e Ajudantes de Despachantes Aduaneiros no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>

	<p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2026, DE 09/04/2026</u> Susta o artigo 161 do Decreto nº 12.342, de 1978, que dispõe que deve haver áreas verdes ao redor de crematórios, com área mínima de 20,000 (vinte mil) m².</p>
08/04/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 305/2026, DE 08/04/2026</u> Dispõe sobre a vedação de acesso a cargos, funções, conselhos e vínculos com a Administração Pública Estadual a pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. ("Lei da Ficha Limpa da Infância e Adolescência")</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 304/2026, DE 08/04/2024</u> Institui a obrigatoriedade de treinamento em situações de emergências nas unidades escolares da rede pública e privada do Estado de São Paulo, e da outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 302/2026, DE 08/04/2026</u> Dispõe sobre a transferência de servidoras públicas estaduais em situação de violência doméstica e familiar, no âmbito do estado de São Paulo.</p>
07/04/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 299/2026, DE 07/04/2026</u> Criar o Hospital Veterinário Estadual da Região da Capela do Socorro, Zona Sul da Cidade de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 297/2026, DE 07/04/2026</u> Institui a campanha permanente de combate à misoginia no Estado de São Paulo.</p>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
09/04/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 15/2026</u> Guia Orientativo para Vereadores e Vereadoras de Municípios com RPPS (...)</p> <p><u>COMUNICADO SDG Nº 14/2026</u> Cartilha orientativa sobre a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a gestão dos recursos dos RPPS (...)</p>
08/04/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

	<p><u>COMUNICADO GP Nº 15/2026</u></p> <p>Emendas parlamentares locais – providências para aprimoramento da governança, do planejamento, da execução, da rastreabilidade e da transparência</p> <p>O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, COMUNICA aos órgãos jurisdicionados que, em razão dos achados identificados em auditoria sobre a transparência, rastreabilidade e regularidade na execução de emendas parlamentares locais, deverão ser adotadas providências administrativas voltadas ao aperfeiçoamento da governança, dos controles internos e da publicidade dos atos relacionados à aplicação desses recursos.</p> <p>Os órgãos jurisdicionados deverão observar, especialmente, as seguintes diretrizes:</p> <p>(...)</p>
<p>07/04/2026</p>	<p>COMUNICADOS</p> <p>COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA</p> <p><u>COMUNICADO CONJUNTO GP/SDG Nº 02/2026</u></p> <p>PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA</p> <p>O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, COMUNICA que será realizada capacitação virtual destinada às unidades de controle interno e áreas responsáveis pela transparência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado e dos municípios jurisdicionados. Neste ciclo de 2026, a avaliação do PNTP incluirá os consórcios públicos, bem como as empresas estatais — dependentes e independentes — vinculadas às demais esferas de governo.</p> <p>A capacitação tem por objetivo apresentar as diretrizes do ciclo 2026, orientar quanto ao correto preenchimento do questionário, esclarecer dúvidas recorrentes e destacar as principais alterações metodológicas introduzidas no exercício corrente, incluindo a nova fase de contraditório e os aspectos qualitativos da avaliação.</p> <p>Data: 13 de abril de 2026</p> <p>Horário: das 10h às 12h</p> <p>Transmissão: Canal da Escola Paulista de Contas Públicas no <i>YouTube</i></p> <p>O acesso será livre, não sendo necessária inscrição prévia.</p> <p>Ressalta-se a importância da participação das unidades de controle interno, considerando seu papel central na coordenação do levantamento, na validação das informações e na articulação institucional para atendimento dos critérios de transparência.</p> <p>Registre-se aos gestores dos órgãos jurisdicionados que os resultados deste levantamento subsidiarão a instrução da auditoria em item do relatório de Contas Anuais e do Balanço Geral do Exercício.</p> <p>Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas por meio do canal de suporte técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, disponível em:</p> <p>Suporte Técnico aos Sistemas > Questionários > Programa Nacional da Transparência Pública</p> <p>Por fim, recomenda-se a prévia leitura da Cartilha do PNTP – ciclo 2026, disponível na página do Tribunal de Contas do Estado de São</p>

Paulo, na seção "Publicações", como forma de melhor aproveitamento da capacitação.

São Paulo, 6 de abril de 2026.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE

GERMANO FRAGA LIMA

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>